

Olimpo *terrestre*

Entrevistando atletas,
pesquisa faz um retrato
do imaginário
olímpico brasileiro

CARLOS HAAG

D

e dois em dois anos, a frase de Brecht, “infeliz do país que precisa de heróis”, perde a sua validade. Entre Copas e Olimpíadas, o esporte reina soberano e os atletas se transformam em

protagonistas de um dos maiores espetáculos sociais do mundo contemporâneo, exibidos como grandes heróis, capazes de proezas vetadas aos mortais comuns que os vêem pela TV. No Brasil, país do anti-herói, essa condição heróica do sportista ganha contornos próprios.

“Para pobres e negros, a prática esportiva permitiu que pudessem conquistar a liberdade que possivelmente em outras atividades não teriam. No Brasil, por influência da mídia, a população passou a crer na vitória esportiva como afirmação de uma identidade nacional, de igualdade ou superioridade, perante aqueles que detêm a hegemonia pela força ou poder econômico”, explica Kátia Rubio, cuja tese de livre-docência, *Do atleta à instituição esportiva: o imaginário esportivo brasileiro* (apoiada

pela FAPESP), traz uma radiografia do imaginário olímpico nacional a partir das histórias de vida dos atletas, segundo a autora, “um mosaico de lembranças e imagens para chegar à representação que a participação olímpica pode ter para um atleta competitivo”.

Para tanto, a pesquisadora foi em busca dos responsáveis pelas 67 medalhas olímpicas brasileiras, a primeira delas conquistada em 1920 por Guilherme Parensé, na Antuérpia, na modalidade tiro. Curiosamente, dentre essas, apenas cinco foram ganhas em modalidades coletivas. “Essa é uma indicação do quanto o esporte nacional sobrevive à custa de esforços individuais, uma vez que o processo de formação de equipes é complexo e envolve mais do que a soma de valores individuais”, observa Kátia. “Daí a importância do registro da memória individual como forma de preservar não apenas as lembranças das conquistas pessoais, mas, por meio delas, recuperar a memória do esporte brasileiro”, avalia a autora.

Historicamente, a relação do Brasil e dos brasileiros seguiu de perto a trajetória burgue-





sa do esporte europeu da era moderna, em que a prática esportiva era uma atividade de uma elite que podia se dar ao luxo de praticar o esporte como amador, virtude preconizada pelo olimpismo nascente do Barão de Coubertin. “Não por acaso, o primeiro participante brasileiro no Comitê Olímpico Internacional, em 1910, foi um diplomata, Raul do Rio Branco (filho do Barão do Rio Branco), descendente da restrita aristocracia brasileira, bem como os atletas que debutaram nos Jogos da Antuérpia pertenciam à burguesia dos centros urbanos”, observa Kátia. Filhos da aristocracia paulista e carioca iam para a Europa estudar e voltavam “impregnados” do esporte europeu, entusiasmo nacional que se somava ao dos imigrantes que, no Brasil, reproduziam a cultura de movimento de seus países de origem.

Essa cultura preconizava o esporte como impulso civilizador, ainda que, em quase todos os países civilizados, a sua prática estivesse associada a processos de afirmação da nacionalidade e a preparação para a guerra e defesa do Estado. O Barão de Coubertin quis

reformular esse estado de coisas criando um olimpismo baseado na reforma social feita a partir da educação e do esporte, vistos numa perspectiva pacifista e internacionalista. Mas, bom filho do século 19, o movimento olímpico incipiente trazia armadilhas para a entrada das massas trabalhadoras nos Jogos. O esporte “nobre” deveria ser uma atividade de poucos para poucos.

As travas eram o amadorismo (“a prática do esporte por prazer sem ganho material de nenhuma natureza”) e o *fair play*, o cavalheirismo esportivo que vetava ao atleta explorar o limite das possibilidades numa competição, em nome do bom-tom. “O amadorismo foi aos poucos sendo esquecido como um dos elementos fundamentais do olimpismo na década de 1970, emergindo um movimento de disfarce de atletas em funcionários de empresas para que escapassem à condição de profissionais do esporte. Esse esforço foi substituído, com sucesso, pelos contratos com patrocinadores, surgindo daí outros tipos de problema”, explica a pesquisadora.



A partir de 1960, nos Jogos de Roma, a mídia adentrou os estádios e o olimpismo desinteressado de Coubertin se transformou em negócio milionário. Se em 1980 as televisões pagaram US\$ 100 milhões para a transmissão dos jogos, em 2008 esse valor chegará a US\$ 1,7 bilhões. “O esporte espetáculo, midiático, representa para a sociedade uma espécie de alvo de projeção social, porque anônimos ganham o estrelato ao se destacarem em uma modalidade, conquistando contratos milionários e fama mundial. Muitos garotos, hoje, não desejam ser grandes futebolistas, mas o Ronaldinho, com seus contratos, mulheres e fama”, nota Kátia. “Para um sujeito habilidoso, o esporte acaba sendo uma das poucas oportunidades de ascensão social no mundo contemporâneo”, avalia.

No Brasil, para tanto é preciso superar o acesso difícil aos equipamentos públicos e privados, locais ideais para o desenvolvimento das atividades esportivas. “Não é de estranhar que justamente no atletismo, modalidade que não requer nenhum equipamento especial, se concentre o grupo de indivíduos de origem mais pobre e que também trouxe o maior número de medalhas para o

país.” A entrada de grandes empresas patrocinadoras ampliou a condição de espetáculo dos jogos e, por aqui, foi um modelo rapidamente assimilado pelo voleibol. “Para outras modalidades esse modelo ainda busca fórmulas e identidade, prevalecendo uma prática amadora no gerenciamento do esporte, o que leva ao improviso e a crenças fantasiosas nos momentos que antecedem as grandes competições”, diz Kátia. Ou seja, falta ao esporte brasileiro um planejamento de longo prazo, fundamental para criar atletas.

Essa falta de organização se refletiu, por anos, na incapacidade de se massificar junto à população o esporte olímpico brasileiro. “Embora modalidades como o basquete masculino fosse bicampeão mundial na década de 1960, conquistasse três medalhas de bronze olímpicas e fosse a segunda modalidade mais praticada e prestigiada no Brasil, políticas institucionais e incapacidade de gerenciamento tiraram a seleção brasileira das duas últimas edições dos Jogos Olímpicos”, observa a pesquisadora. “Isso afugenta a mídia, que passa



a não mais prestigiar a modalidade, que deixa de ser divulgada e, logo, leva menos pessoas a se interessar por ela, em uma espiral inversa.”

Assim, nota Kátia, o esporte brasileiro sobrevive mais de esforços individuais do que de políticas que favoreçam o surgimento e sustentação de atletas vitoriosos. “Por isso, as empresas patrocinadoras são hoje o mal necessário do esporte. O problema é o limite a que essa relação pode chegar. Há casos em que não se tem clareza até onde é domínio do técnico e até onde é domínio da empresa. Assistimos a campeonatos com calendários e horários inaceitáveis

Cenas das Olimpíadas de 2004, em Atenas: mídia faz com que atletas lutem menos pelo esporte e mais pelo dinheiro e pela fama

O PROJETO

Do atleta à instituição esportiva: o imaginário esportivo brasileiro

MODALIDADE

Linha regular de auxílio à pesquisa

COORDENADORA

KÁTIA RUBIO – EEFE/USP

INVESTIMENTO

R\$ 60.450,03 (FAPESP)

do ponto de vista da fisiologia do atleta, mas altamente rentável para as empresas”, afirma. “É hora de uma avaliação não apenas técnica dessa situação, mas também ética sobre o espetáculo esportivo.”

Em meio a tudo isso, o atleta ainda tem que enfrentar o estigma da derrota. “Embora seja uma das condições do esporte e uma situação inevitável para o esportista, a derrota, no Ocidente, passou a representar não estar no topo, no lugar de maior destaque, de projeção para outros saltos. Ou seja, é a som-

bra da sociedade contemporânea”, observa. “Os desdobramentos disso levam a situações extremas em que feitos dignos de destaque são depreciados por aqueles que sabem de seu valor. É o caso das medalhas de prata e bronze que perdem valor por serem consideradas derrotas, e não conquistas. A medalha passa a ser a afirmação de impotência, embora seja o privilégio de um grupo extremamente restrito de pessoas que habitam o planeta.” Mas há os Vanderlei Cordeiro. Para eles, prata e bronze valem ouro.